

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG

**CRISTIANE BATISTA DE OLIVEIRA GALESKI
JOSEANE MARIA MATTÉ**

**UMA ANÁLISE QUE RETRATA OS FATORES SOCIAIS QUE ACOMETEM A
APRENDIZAGEM ESCOLAR BEM COMO PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO NOS
GOVERNOS CONTEMPORÂNEOS**

CASCADEL/PR

2019

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG

**CRISTIANE BATISTA DE OLIVEIRA GALESKI
JOSEANE MARIA MATTÉ**

**UMA ANÁLISE QUE RETRATA OS FATORES SOCIAIS QUE ACOMETEM A
APRENDIZAGEM ESCOLAR BEM COMO PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO NOS
GOVERNOS CONTEMPORÂNEOS**

Trabalho apresentado ao Curso de Pedagogia
como requisito fundamental para a aquisição do
título de licenciado em Pedagogia pelo Centro
Universitário Assis Gurgacz – FAG.

Professora Orientadora: Marilena Lemes
Marques Salvati

**CASCADEL/PR
2019**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG

**CRISTIANE BATISTA DE OLIVEIRA GALESKI
JOSEANE MARIA MATTÉ**

**UMA ANÁLISE QUE RETRATA OS FATORES SOCIAIS QUE ACOMETEM A
APRENDIZAGEM ESCOLAR BEM COMO PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO NOS
GOVERNOS CONTEMPORÂNEOS**

Trabalho apresentado no curso de Pedagogia como requisito fundamental para a aquisição do título de licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG, sob a orientação da Professora Especialista Marilena Lemes Marques Salvati, tendo sido _____, com a nota _____, na data de ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Marilena Lemes Marques Salvati

Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialização em Gestão e Docência na Educação a Distância

Paulo Fachin

Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Doutor em Letras

Silvia Aparecida Cavalheiro

Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista em Letras

Cascavel/PR., ____ de _____ de 2019.

UMA ANÁLISE QUE RETRATA OS FATORES SOCIAIS QUE ACOMETEM A APRENDIZAGEM ESCOLAR BEM COMO PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS CONTEMPORÂNEOS

GALESKI, Cristiane Batista de Oliveira¹

MATTÉ, Joseane Maria²

SALVALTI, Marlena Lemes Marques³

RESUMO: O presente artigo tem como tema “a influência do fator social na aprendizagem escolar”, e objetiva analisar as questões sociais atualmente presente em nossa sociedade, assim como tal ponto contribui para a defasagem escolar. A partir de um contexto histórico, este trabalho visa analisar a relação entre a obrigação do professor em garantir aos alunos o processo de ensino/aprendizagem, buscando o êxito e não o fracasso, a família e o comprometimento dos pais e responsáveis pelos educandos diante das dificuldades educacionais destes, os fatores sócio-econômico-cultural e como esses aspectos podem influenciar no processo educacional das crianças. A introdução da equidade escolar nas instituições de ensino, seguindo uma corrente ideológica moderna deve ser feito de caráter emergencial, com a criação de políticas públicas que visam o interesse dos menos favorecidos, pois são eles que mais precisam da educação para sobreviver. Portanto, para desenvolver o estudo, fez-se uso de documentos como Leis, Decretos e Resoluções, ainda, buscou-se suporte em autores renomados e especialistas no assunto, colocando, dessa forma, o tema em um patamar de excelência.

PALAVRAS-CHAVE: Fator social. Aprendizagem. Defasagem. Equidade.

AN ANALYSYS ABOUT SOCIAL FACTORS THAT AFFECTS THE SCHOOL EDUCATION AND THE PROGRAMS FOR EDUCATION IN CONTEMPORARY GOVERNMENTS

ABSTRACT: This paper is focused on ‘how the social factor can influence the school education’ and it aims to analyze the current social issues present in our society and how it contributes to the school gap. From a historical context, this work seeks to analyze the relation between the teacher’s obligation to guarantee for students the process of teaching and learning, seeking its success and not its failure, the family and the commitment of parents and guardians for students in the face of their educational difficulties and the socio-economic-cultural factors, and how these aspects could influence the children's education process. The introduction of school equity in educational institutions, following a modern ideological current should be done on an emergency basis, with the creation of public policies that aims the interests of the poor people, because they are the ones who most need education to survive. For this study we used documents such as Laws, Decrees, Resolutions and renowned authors and subject matter experts, thus placing the theme in a level of excellence.

KEYWORDS: Social factor. Learning. Gap. Equity.

¹ Acadêmica de Pedagogia – Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG-Cascavel/PR. E-mail: crisgaleski@gmail.com.

² Acadêmica de Pedagogia – Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG-Cascavel/PR. Email: jommatte@gmail.com

³ Docente – Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG-Cascavel/PR. E-mail:marilenasalvati@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este estudo faz uma abordagem sobre questões de fatores sociais e econômicos que afetam a aprendizagem escolar de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o texto está organizado da seguinte forma: em uma primeira parte, intitulada ‘Da não aprendizagem articulada à desigualdade’, discute-se sobre a desigualdade entre uma sociedade de classe capitalista e classe trabalhadora, uma desigualdade de poder que acaba afetando também no fator educação. Pois, as famílias com melhor poder aquisitivo irão buscar por uma melhor escola para seus filhos, enquanto a classe trabalhadora terá que se contentar com uma escola pública que, por vezes, são escolas que se preocupam mais em preparar o aluno para o trabalho e não para ser uma pessoa com consciência crítica. Esta discussão está pautada em estudos feitos pelos autores Vieira, Pedro Demo e Paulo Freire.

No segundo subtítulo ‘A imagem da Criança’, utilizamos como suporte teórico, o autor Miguel G. Arroyo, pois ele fala sobre as mudanças nos âmbitos escolares com a chegada de novos educandos, sendo estes, vítimas da desigualdade social. O autor salienta a necessidade de mudanças dentro das escolas, trazendo a ideia de um sistema educacional pluralista para que esses educandos, carentes de muitas formas, possam receber uma educação digna e respeitosa.

No terceiro subtítulo, ‘Sobre Violência Simbólica’, buscamos saberes de Saviani que articula sobre uma violência velada, dada através do poder aquisitivo sobre os menos favorecidos, os quais, o autor intitula como grupos ou classes dominadas que, segundo ele, são marginalizados socialmente, e a educação está longe de resolver esse problema e, por muitas vezes, ainda o fortalece.

No quarto momento, ‘Que perspectivas qualitativas em educação é possível?’, será sustentado a partir do que fala o autor Pedro Demo, sobre a importância de uma educação que atenda às necessidades básicas de uma criança, sendo necessário mais investimento em educação, em profissionais adequados para atuar na área, pois, dessa forma, será mais fácil chegar a tão sonhada educação de qualidade.

No quinto subtítulo, ‘As políticas para a educação no Governo Lula’, trata-se de um plano de governo feito em 2002, com metas a serem alcançadas durante os 4 anos de mandato.

Diante disso, esta pesquisa tem como intuito, levar o leitor a uma reflexão sobre fatores sociais que podem acometer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos menos favorecidos socialmente.

2 DA NÃO APRENDIZAGEM ARTICULADA À DESIGUALDADE

Na sociedade atual podemos presenciar muitas desigualdades, principalmente na área educacional, que acabam acarretando em problemas aos indivíduos afetados e dando ênfase a uma série de discriminação.

Segundo Vieira (1996) as desigualdades de certas sociedades, inclusive as relativas à educação, podem ser entendidas por meio do estudo do poder, da dominação, da disciplina, do *status* e, sobretudo, das classes sociais. Em uma sociedade composta de classes e de trabalhadores, nota-se conflitos e contradições nas relações entre si e no interior de cada uma delas. Na sociedade capitalista industrial, ocorre o rompimento entre o capital e o trabalho, entre o empresário que compra a força de trabalho e o trabalhador que a vende, trazendo a divisão dentro da vida social que acaba refletindo no ambiente escolar.

Com a expansão do capitalismo industrial, a formação educacional converte-se em formação permanente, o planejamento da Educação ganha escala mundial e os espaços utilizados para a formação perdem a aparência de neutralidade, mostrando as contradições econômicas, as lutas políticas e a discriminação social (VIEIRA, 1996, p. 33).

Para Vieira (1996), a desigualdade do poder nas classes e nas posições sociais rompem também a educação, nota-se que o educar tem muita relevância no aspecto social industrial, o autor enfatiza que a desigualdade entre os indivíduos se dá com base no atributo da inteligência, pois alguns indivíduos têm inteligência superior e outros inferior, sendo por meio desse sistema que se estabelece a desigualdade entre as pessoas.

Vieira (1996) nos diz que:

Portanto, a educação “inclui” e “exclui” “Inclui todos aqueles tidos como aptos, de acordo com seus procedimentos de seleção, concedendo-lhes as possibilidades de integrarem as condições vantajosas da classe alta e o poder na sociedade. Exclui todos aqueles tidos inaptos, de acordo com seus procedimentos de seleção, atribuindo-lhes a falta de habilidades, de capacidade, mau desempenho nos estudos etc. (VIEIRA, 1996, p. 63).

O autor ainda nos coloca que as escolas constituem-se como aparelhos ideológicos, preparando os estudantes para a força de trabalho, instruindo-os para a submissão, ao sistema de dominação, em que se privilegia somente aos políticos e aos empresários; de alguma forma, o sistema educacional internaliza nos estudantes a forma de pensar, sentir e agir, assim, capacitando-os para viver em sociedade e desenvolver-se como ser humano.

Segundo o reprodutivismo, citado em Sociologia da Educação, o sucesso da escola está em seu fracasso. Ela foi construída não para atender ao conjunto da sociedade e sim para atender aos interesses da classe dominante, Vieira (1996).

Observa-se que nas classes com condições vantajosas que as famílias procuram instituições que ofereçam a mesma qualidade de vida e ensino que os filhos recebem em casa. Nas classes menos favorecidas, os pais proletários não têm acesso à educação para os filhos, adotando aquela que é fornecida pelo governo. Dessa maneira, as instituições educativas alimentam a ideia de igualdade e oportunidade, isso tudo, garantido pelo Estado.

Viera (1996) ainda relata a importância de os professores e as instituições escolares em geral levar em consideração os aspectos sociais dos estudantes, em todos os sentidos, devendo prestar atenção no estudante e nas diferenças sociais e econômicas. Pois, dependendo da localidade, ambiente e do lar em que o estudante esteja inserido, pode, de alguma forma, contribuir para o fracasso no aprendizado. Nota-se ainda, que de forma consciente ou inconsciente, os professores são agentes do processo de desigualdade e discriminação nas escolas, pois acabam por menosprezar e qualificar os estudantes menos favorecidos.

Concluindo a tese de Vieira (1996), as condições de cada família e da classe social definem também o desempenho dos pais na leitura e na escrita, sua participação na escola, o acompanhamento familiar dos estudos dos filhos, o tipo de escola escolhida, o tempo de permanência das crianças e dos adolescentes nas atividades escolares, isso devido a vários fatores, pois se os pais tiveram uma formação sólida e condições apropriadas, desenvolvimento social, cultural e econômico favoráveis se reproduzem nas relações familiares.

Desta forma, pode-se levar em conta que a mesma influência, quando se tratar de famílias sem estruturas econômicas, sem cultura e na qual predomina a fome, a pobreza, a violência, em que se constata a negação dos direitos dessa parcela da população.

Pedro Demo (1994) relata sobre as diferenças sociais e como é nítido a influência que essas diferenças trazem na qualidade da educação. Em sua obra, “Educação de Qualidade”, mostra como em alguns ambientes familiares com uma remuneração salarial compatível com suas necessidades, que desfrutam de alimentação saudável e abundante, moram em um espaço confortável. Comparando a famílias que, por outro lado, vivem com um salário mínimo, quando é mínimo, que não serve para o essencial.

No que diz respeito à pobreza, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 3º, incisos I a IV, estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, com o seguinte pronunciamento:

Art 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. Garantir o desenvolvimento nacional;
- III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Ao encontro desse objetivo, Freire (1996) observa que a prática preconceituosa de raça, de classe e de gênero, ofende o ser humano e nega radicalmente a democracia. Isso não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam; é a distorção da vocação do ser mais. Na afirmação do autor, na verdade, o que pretende os opressores “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”, isto para que, quanto mais adaptados a determinada situação, tornam-se mais facilmente domináveis, Freire (1996, p.36).

Paulo Freire defende uma educação humanizada, relata que a luta pela liberdade do homem, a qual é semelhante à realidade histórica, um ser inconcluso e oprimido em relação a si mesmo. O autor ressalta a relevância de um indivíduo de vocação para ser mais, que respeite o diálogo e com ação reflexiva, não um ser vazio em suas expectativas. Em sua concepção, o sistema de educação que não é aberta ao diálogo e ao respeito pelos educandos, denomina-se educação bancária; através desse sistema de ensino, predomina o opressor, o dominante, ainda com essa educação bancária, minimiza-se o conhecimento e não se desenvolve um senso crítico. A relação com o opressor se dá por instrumentação da desumanização e domesticação do oprimido, por isso, a educação bancária transforma o indivíduo e que em sua situação acaba por ser dividido e facilmente manipulado.

Na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se jugam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão a absolutização da ignorância, segundo a qual está se encontra sempre no outro. O educador que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca (FREIRE, 1987, p. 58).

Em Pedagogia do Oprimido, o autor supracitado, faz o seguinte apontamento: que a ideia da educação bancária é encher o educando de conteúdos programados e sistematizados, conteúdos estes que nada tem a ver com a realidade de vida do educando, desta maneira, minimizando ou até mesmo anulando o potencial criativo do discente. Com isso, não desenvolve sua consciência crítica, não se conhece e nem conhece

verdadeiramente o mundo que o cerca. Freire (1987) ressalta que este tipo de educação presta serviço somente aos dominantes E, ainda que os educadores se organizem para o ensino já programado, não trabalha para o desenvolvimento do indivíduo, para que ele possa ter uma consciência de seus direitos e do seu potencial como pessoa em processo de liberdade e conhecimento.

3 A IMAGEM DA CRIANÇA

Segundo Arroyo (2017), as mudanças dentro do âmbito da educação, que atualmente os educandos não são mais os mesmos nas escolas públicas, que são os ‘outros’ os ‘desiguais’, em que cada vez mais as escolas se deparam com muitas diferenças e diversidades. Enfatiza que nas escolas, os “outros”, são as vítimas das desigualdades sociais, vítimas da falta de alimentação, da falta de emprego, alunos da periferia, da favela; os mais diversos, marcados pela violência e pela desigualdade.

O autor referido, reforça sobre a postura dos professores em seu trabalho pedagógico, também as instituições escolares em que o professor deve dar conta de todas essas diferenças e diversidades, que o espaço escolar deve ser acolhedor e humanizado, onde o educando sinta-se aceito, mas com respeito e dignidade; que seja um ambiente em que as famílias possam deixar seus filhos com confiança. As escolas públicas não podem permanecer no mesmo sistema de um currículo singular, pois, a ideia não é que o aluno se adapte à escola, mas sim, que a escola se adapte ao aluno, isso para atender os mais diversos indivíduos. Para que isso seja possível, o autor fala sobre a importância de um sistema educacional pluralista, uma vez que, é por meio da pluralidade vinculanda ao saber e aos conteúdos que se pode trabalhar as diferenças. As escolas devem tratar todos os indivíduos com igualdade, dignidade e respeitando as diferenças.

Para Arroyo (2017) a nossa sociedade é muito brutal em relação à desigualdade. As escolas públicas passam uma imagem muito negativada sobre os “outros”, os “desiguais” que hoje chegam nas escolas. Destacando, dessa forma, quem são esses sujeitos menos favorecidos: os negros, os quilombolas, os do campo, os indígenas; sujeitos que em suas longas trajetória de vida, ainda resistem ao sistema, lutam para uma vida com dignidade, de oportunidades para, assim, sentirem-se cidadãos com direitos e igualdades.

4 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Segundo Saviani (1999), encontra-se na obra *A Reprodução*: elementos para a teoria do sistema de ensino, de Bourdieu e Passeron, o livro I, a explicitação das condições lógicas de possibilidade de toda e qualquer educação para toda e qualquer sociedade de toda e qualquer época ou lugar.

Saviani (1999) lembra que os autores tomam como ponto de partida o fato de que toda e qualquer sociedade, estruturar-se como um sistema de relações de força material entre grupos ou classes. Sobre a base da força material e sobre a sua determinação, construiu-se um sistema de relação de força simbólica, na qual o papel é reforçar as relações de força material.

Ainda, de acordo com o autor aludido, vê-se que o reforçamento da violência material se dá pela sua conversão ao plano simbólico, no qual se produz e reproduz o reconhecimento da dominação e da sua legitimidade pelo desconhecimento de seu caráter de violência explícita. Assim, a violência material (dominação econômica), exercida pelos grupos ou classes dominantes sobre os grupos ou classes dominadas, corresponde à violência simbólica (dominação cultural). A violência simbólica se manifesta de diversas formas: a formação da opinião pública através dos meios de comunicação de massa, jornais; a pregação religiosa; a atividade artística e literária; a propaganda e a moda; a educação familiar, etc. No entanto, Saviani (1999), atenta para o objetivo dos autores Bourdieu e Passeron, que é a ação pedagógica institucionalizada, ou seja, o sistema escolar. Para isso, partindo da teoria geral da violência simbólica, buscam explicitar a Ação Pedagógica como imposição arbitrária da cultura e dos grupos ou classes dominantes aos dominados. Essa imposição, para se exercer, implica necessariamente à autoridade pedagógica, isto é, um “poder arbitrário de imposição que, só pelo fato de ser desconhecido como tal, se encontra objetivamente reconhecido como autoridade legítima” (Bourdieu e Passeron, 1975, p. 27 apud Saviani, 1999, p.32).

Numa formação social determinada, o SE dominante pode constituir o Trabalho Pedagógico dominante como Trabalho Escolar sem que os que o exercem como os que a ele se submetem cessem de desconhecer sua dependência relativa às relações de força constitutivas da formação social em que a ele, porque ele produz e reproduz, pelos meios próprios da instituição, as condições necessárias ao exercício de sua função interna de inculcação, que são ao mesmo tempo as condições suficientes da realização de sua função externa de reprodução da cultura legítima e de sua contribuição correlativa à reprodução das relações de força; e porque, só pelo fato de que existe e subsiste como instituição, ele implica as condições institucionais dos quais dispõe enquanto instituição relativamente autônoma, detentora do monopólio do exercício legítimo da violência simbólica, estão predispostos a servir também, sob a aparência da neutralidade, os grupos ou classes dos quais ele reproduz o arbitrário cultural (dependência pela independência) (Bourdieu e Passeron, 1975, p. 75).

Para Saviani (1999) a teoria de Bourdieu e Passeron nos mostra que os marginalizados são os grupos ou classes dominadas. Marginalizados socialmente porque não possuem força material (capital econômico), e marginalizados culturalmente porque não possuem força simbólica (capital cultural). Sendo assim, a educação, longe de ser um fator de superação de marginalidade, constitui um elemento que a reforça. Salientando que toda a tentativa de usar a educação como instrumento de superação de marginalidade não é apenas uma ilusão, é a forma através da qual ela dissimula. E, por isso, cumpre eficazmente a sua função de marginalização. Por mais que os grupos ou classes dominadas se esforcem, isso sempre se reverte no reforço de interesses dos dominantes.

5 QUE PERSPECTIVAS QUALITATIVAS EM EDUCAÇÃO É POSSÍVEL?

Para Demo (1994), quando se fala em educação, essa deve ser integral, correspondendo a gama de necessidades básicas da criança e ao direito ao desenvolvimento pleno. A educação de qualidade é o investimento mais decisivo no futuro do país, essa expressão vale ainda mais para educação infantil, tendo em vista os efeitos multiplicados. Em termos de qualidade, recai sobre ela o mesmo desafio construtivo e participativo, sobretudo a exigência de profissionais altamente preparados e valorizados.

Cabe oferecer ao professor, propostas de educação inferior, a título de socialização do conhecimento, como seminários, congressos, mesas-redondas, conferências etc., pois trata-se de transmitir conhecimento. O professor precisa estar informado, atualizado, embora necessite sobretudo estar à frente do processo construtivo de conhecimento, pelas vias da pesquisa, da elaboração própria, da teorização das práticas.

Parece claro que falta, muitas vezes, compromisso político ao professor. É extremamente contraditório falar em ler criticamente a realidade quando o próprio professor não é capaz de realizar o que prega. Todavia, olvida-se muito facilmente que o compromisso político no campo educacional não é qualquer um, mas aquele mediado pela construção de conhecimento. Compromisso político que abandona o espírito crítico para ficar apenas com o compromisso não pode educativo, pois, em vez de fomentar a emancipação, pratica a domesticação (DEMO, 1994, p.100).

Segundo Demo (1994), os professores possuindo uma formação adequada, será mais fácil introduzir outras inovações que resulte em uma educação de qualidade. A primeira será a passagem do mero aprender para o aprender a aprender. Quer dizer, precisa ocorrer mudanças didática cabal, com o objetivo de implantar um ambiente marcado pela construção e pela participação. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve incluir com realce essa parte para que

a escola não permaneça apenas como receptora de ofertas externas. Assim, além do que existe no mercado, em termos de apoio didático, é essencial acrescentar propostas próprias, que leve em conta o estudante como tal, sua história concreta, as famílias de origem, as dificuldades mais recorrentes, os exemplos cotidianos, etc.

Nesse sentido, o autor relata, que se faz visível essa simplificação, não passando de ensaio preliminar. O objetivo principal é aprimorar a discussão em torno da qualidade, oferecer alternativas para além da “qualidade total”, propor horizontes factíveis e facilitar as interações nos sistemas.

Uma forma moderna de cuidado é a informatização dos sistemas, permitindo fluxo constante e mesmo diariamente, renovando as condições materiais, escola por escola, por exemplo: a pretensão de professores e estudantes, orçamento, consumo, movimento de matrícula e sobrevivência do sistema, assim por diante. Sem dúvidas que um sistema tão complexo como o escolar, tanto em termos físicos quanto de recursos humanos envolvidos, precisa ser informatizado para ter um mínimo de controle quantitativo e permitir decisão política adequada.

Tomamos, pois como ponto de partida, que qualidade representa o desafio de fazer história humana com o objetivo de humanizar a realidade e a convivência social. Não se trata de apenas de interagir na natureza e na sociedade, mas de interagir com sentido humano, ou seja dentro de valores e fins historicamente considerados desejáveis e necessários, eticamente sustentáveis. A intensidade da qualidade não é da força, mas da profundidade, da sensibilidade, da criatividade (DEMO,1994, p.12).

Para Demo (1994) essa realidade traz à tona que a qualidade da educação não é algo inatingível, porque é, sobretudo, obstaculizada. Dois fatores preponderam sobre os demais: de um lado, a questão do professor, malformado e mal pago, no que se emperra o móvel primordial da oferta qualitativa; de outro, a questão política, responsável maior pelo desrespeito às leis, dificultando quantidade e qualidade da oferta por má gestão, gastos insuficientes e duvidosos, falta de decisão e empenho. A precariedade na educação apenas revela a precariedade da cidadania.

6 A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA

De acordo com o plano de governo de Lula em 2002, pensar em educação como uma ação relevante na transformação da realidade econômica e social do povo brasileiro, é pensar

em uma escola do tamanho do Brasil, a ideia era de ser um modelo de educação que abrangesse todo o povo brasileiro.

O objetivo político era o de elevar os níveis escolares dos estudantes, bem como resgatar a qualidade no ensino, para garantir o direito a educação previsto em lei, o governo considera algumas diretrizes:

- Democratização do acesso e garantia de permanência;
- Qualidade social da educação;
- Instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão.

Sobre a democratização do acesso e garantia de permanência na escola está em construir, restaurar escolas existentes, cuidar do transporte escolar, garantir acesso e permanência nas escolas, estado e sociedade de forma articulada, trabalhando para se atingir uma educação de qualidade.

Sobre qualidade social da educação, visa atender aos interesses da população e padrões de excelência, inclusão social, ensinar os brasileiros pensar de forma crítica, pensar resoluções de problemas e uso de experiências pessoais dos estudantes a aprendizagem de conteúdos em aula; criação de centros de formação para profissionais da educação, incentivo à pesquisa e à publicação.

No regime de colaboração e da democratização da gestão, refere-se a união, ao estado e aos municípios envolvidos com a educação, criação de fóruns e conselhos que auxiliarão nas questões administrativas como gestão de recursos para educação, relação de custo-qualidade por estudante, ou seja, financeiramente quanto sairia para eu qualificar um estudante e instituir o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Entre as medidas tomadas nesse sistema de governo, abrange o Ensino Infantil, Fundamental e Médio, expandir atendimentos e definir uma relação custo - aluno - qualidade e estabelecer padrões de qualidade nas instituições públicas e privadas. A disponibilização de centros de Educação Infantil, e nas faculdades oferecer a formação em educação. No Ensino Fundamental, as medidas são a criação do Bolsa-Escola (bolsa paga por família mediante comprovação de presença na escola). No Ensino Médio foi em relação ao investimento para construção de novas escolas e iniciação científica.

No que se refere ao Ensino Superior, até a posse do governo Lula, o país contava com um dos menores índices de matrículas nessa modalidade de ensino da América Latina. Tomando como medidas, ampliar vagas, programas de apoio ao estudante, aumento anual de mestres e doutores, inclusão de negros e egressos de escolas públicas, iniciação científica, revisar remunerações dos profissionais da educação.

A Educação Profissional, segundo o plano de governo Lula 2002, até esse sistema de governo no país contava com menos estudantes matriculados, o foco era de atender jovens e adultos profissionalizados, gerar emprego, trabalho e renda, financiamento destes cursos.

Na EJA - Educação de Jovens e Adultos, 20 milhões de analfabetos acima de 15 anos, até a posse do governo Lula. A proposta era de erradicar o analfabetismo em 4 anos, com o programa “MOVA BRASIL”, educação para os que trabalham.

Educação Especial, matrículas nas escolas mais próximas ou com alternativas de transportes adequados trabalho multidisciplinares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa bibliográfica, e levando em conta o objetivo geral em apresentar um estudo relevante sobre o fator social e sua influência na educação, por autores que apresentam de uma forma crítica e também demonstram suas ideias de como melhorar essas questões sociais e econômicas. Sendo assim, Vieira (1996), relata sobre as diferenças encontradas nas classes sociais, nessa sociedade composta por uma classe dominante e outra de trabalhadores, percebe-se os conflitos nas relações entre si e no interior de cada uma delas, a desigualdade de poder nas classes rompem também a educação. Demonstra-se que a escola prepara os alunos para a força de trabalho, implantando-os a submissão e que de alguma forma a escola os influencia em seus comportamentos, preparando-os para a vida em sociedade, pois, para Vieira (1996), a escola foi construída para atender os interesses das classes dominantes, ainda, ressalta que as condições onde a família e o aluno vivem podem influenciar no processo de aprendizagem do aluno.

Pedro Demo (1994), faz uma consideração afirmando que é nítido que um ambiente familiar apropriado e compatível com as necessidades de um aluno pode influenciar, sim, positivamente na educação desse aluno.

Paulo Freire (1987) é trazido, defendendo a ideia de uma educação humanizada, pois ressalta que a educação que não é aberta ao diálogo e não tem respeito pelos educandos é uma educação bancária, na qual predomina o opressor, que não desenvolve o senso crítico. A educação bancária, segundo o autor, sistematiza os conteúdos que não tem nada a ver com a realidade do aluno, não trabalhando para o desenvolvimento deste e não o conscientizando de seus direitos, mais uma vez, tem-se um tipo de educação que presta serviço aos dominantes.

Arroyo (2017) faz uma observação relevante sobre a mudança do olhar, em que os professores e a sociedade têm com relação aos educandos, pois, não são mais os mesmos e cada vez mais as escolas se deparam com a diversidade. Muitas vezes, esses educandos são vítimas das desigualdades sociais, alunos de periferia, favelas, entre outras questões, os quais chegam nas escolas marcados pela violência e desigualdade. Diante dessa perspectiva, ressalta o autor, as escolas devem acompanhar essas mudanças, sendo um local acolhedor e humanizado. Para tanto, chama atenção sobre a importância de um sistema educacional pluralista, podendo por meio deste, vincular o saber e os conteúdos e, desta forma, trabalhar com as diferenças.

Saviani (1999), mostra-nos, através da obra de Bourdieu e Passeron, que a desigualdade social pode levar a violência simbólica, uma forma de violência moral e psicológica, sem o uso de força física. A violência simbólica, retomada pelo autor, aparece quando a classe social dominante impõe sua cultura à classe dominada, que seria a classe com menor poder aquisitivo, sendo esses, os marginalizados socialmente e culturalmente. A educação, para ele, está longe de ser um instrumento a superar essa marginalização, podendo até contribuir para que a violência simbólica ocorra até mesmo no ambiente escolar, pelos colegas ou mesmo pelos professores.

Portanto, para Demo (1994), a educação deveria abranger todas as necessidades básicas de uma criança. Segundo o autor, os professores devem estar em constante formação e estudos, estando informado e atualizado sempre, pois, quando os professores estão adequados e bem preparados, será fácil introduzir inovações que resultem em uma educação ideal e de qualidade.

Sinteticamente, nossa pesquisa demonstrou que são muitos fatores que levam à questão do fracasso escolar, entre eles, sobretudo a questão social, a desigualdade e o fator econômico. Nós, enquanto pesquisadoras, concordamos que o fator social é muito importante no processo de educabilidade e de aprendizagem do sujeito, pois a criança precisa ter o mínimo de condições necessárias para ter sucesso no desenvolvimento escolar, espera-se que as crianças possam se alimentar, ter uma casa, ter saneamento básico, para que assim, possa se esperar em um bom desenvolvimento destes sujeitos.

Podemos dizer que falta muito em educação, como políticas educacionais, programas efetivos para transformar a realidade social em que esses sujeitos estão inseridos, uma escola de qualidade para atender todas as necessidades dos educandos.

Cabe ao professor e os demais envolvidos na instituição escolar, buscar caminhos para que a aprendizagem seja eficiente e efetiva. Aparando-se nos recursos que lhe estão disponíveis, adaptando o aluno a realidade da busca pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e Tempos de Alunos e Mestres**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. 5. ed. Campinas SP: Papirus, p. 9-135, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: Polêmicas do Novo Tempo**. 32. ed. Campinas SP: Autores Associados, p. 28-32, 1999.

VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da Educação: Reproduzir e Transformar**. 3. ed. São Paulo: FTD, p. 33-66, 1996.

PT, **Uma Escola do Tamanho do Brasil**. Programa de Governo 2002 – coligação Lula Presidente. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/> Acesso em: 30 out. 2019.